



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2022166563 (PA-TJ)

PROCESSO ARQUIVADO

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal, requisitando reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais em favor de Alisson Barreto Fernandes, para realização de perícia no processo de Nº 0801255-43.2017.8.15.0301, movido por FRANCINETE DOS SANTOS SILVA, EM FACE DE LAIS SANTOS VIANES.

Data da Autuação: 12/12/2022

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DA COMARCA DE POMBAL

Rua: José Guilhermino de Santana, 414, Petrópolis, CEP 58.840-000 - Fones: (83) 3431-2298

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **FRANCINETE DOS SANTOS SILVA** - CPF: 142.530.908-93 (REQUERENTE) é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido (ID. 8815676 - Pág. 1)

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo Judicial nº 0801255-43.2017.8.15.0301

1.1.2 Natureza da Ação: Tutela e Curatela (Interdição)

1.1.3 Unidade Judiciária requisitante: 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB

1.1.4 Autor(es): **FRANCINETE DOS SANTOS SILVA** - CPF: 142.530.908-93 (REQUERENTE)

1.1.5 Réu(s): **REQUERIDO: LAIS SANTOS VIANES**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (x) Finais

1.1.8 Valor arbitrado R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **Alisson Barreto Fernandes**

1.2.2 Endereço: Cel. Jose Avelino, 981, Centro, Pombal-PB

1.2.3 Telefone: 9 9942-4834

1.2.4 CPF: 046.443.074-75



1.2.5 Banco do Brasil Agência: 0151-1 Conta: 64.333-5

1.2.6 Inscrição NIT: 1.688.195.656-9

1.2.8: Inscrição no Conselho Competente: CRM/PB 7218

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Pombal-PB, 7 de dezembro de 2022

KLEBIA PATRICIA RAMALHO DA SILVA FERREIRA
Servidor Responsável

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Pombal

INTERDIÇÃO (58) 0801255-43.2017.8.15.0301

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

1) Cite-se o(a) interditando(a), para impugnar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 751 do NCPC.

2) Determino, ainda, que o oficial de justiça, faça um ato de inspeção, que deverá mencionar o seguinte:

a) Qual o proprietário do imóvel onde o interditando foi citado, o(a) autor(a), uma terceira pessoa?

b) Qual sua aparência no momento da citação?

c) Descrever se o estado civil do(a) interditando(a)? E se tem filhos(as)? Genitores vivos? Em caso positivo, qual a idade?

d) Descrever minuciosamente o comportamento do(a) interditando(a);

e) Descrever se toma remédio controlado?

f) Descrever se recebe algum benefício previdenciário?

g) Descrever a relação do(a) interditando(a) com a parte promovente no momento da citação.

3. Deixo de analisar a tutela antecipada com a resposta do demandado, caso exista.

Cumpra-se. Diligências necessárias.

POMBAL, 20 de julho de 2017.

Hyanara Torres Tavares de Souza

Juiz(a) de Direito





Estado da Paraíba

Poder Judiciário

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801255-43.2017.8.15.0301

Classe: INTERDIÇÃO (58)

Assunto: [Tutela e Curatela]

Autor(a): FRANCINETE DOS SANTOS SILVA

Ré(u): LAIS SANTOS VIANES

DECISÃO

Vistos.

Diante da Certidão retro e da necessidade de realização de perícia médica, para fins de averiguação da condição de saúde do(a) interditando(a), NOMEIO o médico DR. ALISSON BARRETO FERNANDES, portador do CPF n. 046.443.074-75.

Fixo o valor dos honorários em R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), com fulcro no art. 2º da Resolução/CNJ n. 232/2016 e tabela prevista.

ADVIRTO que uma vez nomeado e aceito, o(a) perito(a) é obrigado(a) ao cumprimento do encargo que lhe foi atribuído, sob pena de multa e sanção disciplinar pelo órgão profissional competente, salvo motivo previsto em Lei ou a critério do Juiz, nos termos do art. 24 da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal.

FIXO o prazo de 30 (trinta) dias úteis para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização, visto que as perícias serão realizadas em regime de mutirão (art. 471, §2º, CPC).

Intimem-se as partes para, dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação desse *decisum* determinando a nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos. Intimações e expedientes necessários.

São QUESITOS DO JUÍZO: (a) O(a) interditando(a) é portador de alguma patologia ou outra situação biopsicológica peculiar que interfere na autodeterminação, gerência dos próprios atos e bens ou na expressão de sua vontade? Em caso positivo, qual?; (b) Essa patologia/estado vital é permanente ou transitório(a)?; (c) Em virtude dessa patologia/estado vital, o(a) interditando(a) é totalmente impossibilitado de exprimir sua vontade de forma consciente ou apenas parcialmente?; (d) Em virtude da patologia/estado vital que o (a) acomete, o(a) interditando(a) tem o necessário discernimento para tomar decisões sobre sua vida pessoal conjuntamente com outras pessoas por ele eleitas, de sua confiança, para prestar-lhe apoio nessa tomada de decisões, ou o seu discernimento é em grau tão reduzido ou inexistente que não pode indicar formalmente pessoas para esse fim nem participar ativamente da tomada de decisões em conjunto com elas? (Quesito alusivo ao instituto da tomada de decisão apoiada, previsto no art.



1.783-A do Código Civil, o qual, se indicado para o caso, exclui a possibilidade de curatela). O laudo pericial indicará especificadamente, os atos para os quais haverá necessidade de curatela. O laudo deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias.

Com a chegada do ofício indicando a data e local de realização da perícia, independentemente de nova conclusão, intím-se o(a) interditando(a) e o(a) requerente, de ordem, ambos por mandado/carta precatória, para comparecerem ao exame, bem como o advogado do(a) requerente/Defensoria Pública, por expediente eletrônico.

Oficie-se à Secretaria de Assistência Social do Município de domicílio do interditando(a) solicitando-lhe que, num prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, providencie a realização de estudo psicossocial pormenorizado na sua família e residência, devendo o laudo indicar, fundamentadamente, qual o parente tem melhores condições pessoais, familiares, habitacionais, financeiras, afetivas e psicológicas para o exercício da curatela, de sorte a auxiliar este Juízo na escolha de quem será designado curador definitivo. O laudo deverá ser remetido a este juízo com a maior brevidade possível após a realização da visita.

Junte-se aos autos certidão de antecedentes criminais do(a) requerente.

Com o aporte do laudo médico e do estudo social, intime-se o(a) requerente, somente por seu advogado/Defensoria Pública, para, querendo, manifestar-se em 15 (quinze) dias (observada a dobra legal da Defensoria Pública, em sendo o caso).

Após, intime-se o Ministério Público para, querendo, manifestar-se em 30 (trinta) dias.

Em seguida, venham-me os autos conclusos para sentença.

Diligências necessárias.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

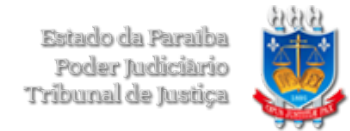
[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

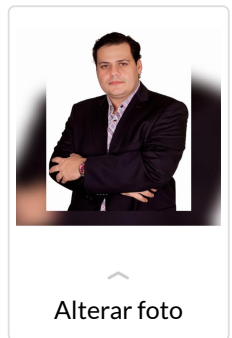
ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967 _____

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Pombal

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número * ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215

Conta: *

643335

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Número: **0801255-43.2017.8.15.0301**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **05/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Tutela e Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCINETE DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)		IANA KARLA MARQUES COSTA (ADVOGADO)	
LAIS SANTOS VIANES (REQUERIDO)			
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67060999	07/12/2022 12:03	Laudo Pericial	Laudo Pericial

Processo nº 0801255-43.2017.8.15.0301
Interditando(a): LAÍS SANTOS VIANES
Data da Perícia: 06/12/2022
Médico Perito: Dr. Alisson Barreto Fernandes

RG: 35.907.932-5
CPF: 230.383.448-18

LAUDO PERICIAL

IDENTIFICADA
29 Anos.

QUESITOS DO JUÍZO:

a) O(a) interditando(a) é portador de alguma patologia ou outra situação biopsicológica peculiar que interfere na autodeterminação, gerência dos próprios atos e bens ou na expressão de sua vontade? Em caso positivo, qual?

Sim, é portador de síndrome de
RETT, retardo mental profundo (F73.1)
e (G80) Anomalia cerebral. Epilepsia (G40)

b) Essa patologia/estado vital é permanente ou transitório(a)?

As Doenças são permanentes.

c) Em virtude dessa patologia/estado vital, o(a) interditando(a) é totalmente impossibilitado de exprimir sua vontade de forma consciente ou apenas parcialmente?

Sim, a Pericianda é totalmente
incapaz de exprimir sua vontade.

d) Em virtude da patologia/estado vital que o (a) acomete, o(a) interditando(a) tem o necessário discernimento para tomar decisões sobre sua vida pessoal conjuntamente com outras pessoas por ele eleitas, de sua confiança, para prestar-lhe apoio nessa tomada de decisões, ou o seu discernimento é em grau tão reduzido ou inexistente que não pode indicar formalmente pessoas para esse fim nem participar ativamente da tomada de decisões em conjunto com elas? (Quesito alusivo ao instituto da tomada de decisão apoiada, previsto no art. 1.783-A do Código Civil, o qual, se indicado para o caso, exclui a possibilidade de curatela). O laudo pericial indicará especificadamente, os atos para os quais haverá necessidade de curatela.

A Pericianda é totalmente incapaz de
indiciar curador, é totalmente incapaz de
participar de decisão.

QUESITOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

a) A pessoa cuja curatela se busca possui alguma doença ou deficiência? Em caso positivo, especificar indicando o CID respectivo.

Sim, síndrome de RETT (F84.2),
retardo mental profundo (F73.1) e
Anomalia cerebral (G80) + Epilepsia
(G40).

Alisson Barreto Fernandes
Médico Perito
CRM: 121.818-8
RQE: 6533
Membro Titular da Assobras

Documento 5 página 2 assinado, do processo nº 2022166563, nos termos da Lei 11.419. ADME. 40676.80761.97357.31526-1
Levia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 12/12/2022 17:02



b) A doença ou deficiência identificada acarreta para a pessoa em questão prejuízo para algum dos aspectos a seguir:

- ☒ capacidade para decidir valores;
- ☒ capacidade para compreender fatos;
- ☒ capacidade para compreender alternativas;
- ☒ capacidade para se autodeterminar de acordo com a informação obtida;
- ☒ capacidade para se autoperceber, compreendendo as limitações decorrentes da doença ou deficiência?

Sim, a doença acarreta E - Total
Apenas a doença, o comprometimento grave.

c) A doença ou deficiência detectada compromete a compreensão do sentido e alcance de atos de natureza negocial, tais como compra e venda, empréstimo ou transação?

Sim, há Total o comprometimento
Atos negociais, sendo totalmente incapaz.

d) A incapacidade detectada poderia ser reduzida ou revertida mediante tratamento adequado? Em caso positivo, qual seria o tempo recomendável para uma nova avaliação?

Não, não há possibilidade de
melhora.

e) No curso do exame pericial foi informado se o(a) interditando(a) está recebendo acompanhamento médico e/ou terapêutico?

Sim, mas apenas na atenção
Básica, sendo que não está em
acompanhamento neurológico.

f) No curso do exame pericial foi informado se o(a) interditando(a) faz uso contínuo de medicação controlada?

Faz uso de Depakote, é Urbavil,
e controle de epilepsia.

Boa - Ba - AB

Médico Perito

Alisson Barreto Fernandes
Médico-Psiquiatra
CRM: 7218/PB RQE 6533
Membro Titular da Associação de psiquiatria

06/12/22





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2022.166.563

Requerente: Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor da Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801255-43.2017.8.15.0301, movida por FRANCINETE DOS SANTOS SILVA, CPF 142.530.908-93, em face da LAIS SANTOS VIANES, CPF 230.383.448-18, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à

aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Laudo pericial às fls. 10/12, dos presentes autos.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, se encontra em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor da Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482 nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801255-43.2017.8.15.0301, movida por FRANCINETE DOS SANTOS SILVA, CPF 142.530.908-93, em face da LAIS SANTOS VIANES, CPF 230.383.448-18, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada

com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, além de informar como o seu nome está cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, sua data de nascimento e o CBO – Código Brasileiro de Ocupação, através do endereço eletrônico diesp@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal. Lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 13 de dezembro de 2022.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0801255-43.2017.8.15.0301**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **05/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Tutela e Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

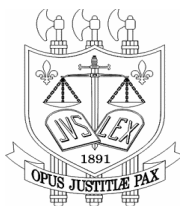
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCINETE DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)		IANA KARLA MARQUES COSTA (ADVOGADO)	
LAIS SANTOS VIANES (REQUERIDO)			
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67237973	13/12/2022 10:15	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada nos autos do ADM nº 2022.166.563, referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor da Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson de Lima Cananéa - Diretor Especial





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO. 2022.166.563

Trata os presentes autos acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado, Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico, determinada nos atos do processo 0801255-43.2017.8.15.0301

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, com a Lei nº. 12.192, de 17 de janeiro de 2022/Decreto 42.226, de 20 de janeiro de 2022, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	759
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	759

*Reservas n. 1099 e 1100

GEORC, em João Pessoa 14 de dezembro de 2022

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente

 Alisson Barreto Fernandes

Importância empenhada em favor do perito Médico determinada nos atos do processo 0801255-43.2017.8.15.0301 em face de Alisson Barreto Fernandes.	1º GR	Importância empenhada para fazer face a previdência dos honorários do perito(a) Alisson Barreto Fernandes nos autos do processo 0801255-43.2017.8.15.0301
--	-------	---

FR	759	
CLAS	157	
ID	29	
CRED	325562	
VR	370,00	
ORD	16728	
RESERVA	1099	

FR	759	
CLAS	60	
ID	99	
CRED	933	
VR	74,00	
ORD	16728	
	1100	

DATA DO LAUDO: 06/12/22 FLS :10/12

GJ



ESTADO DA PARAÍBA
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO
2022

7 NÚMERO
09348

SIAF - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ÓRGÃO	
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	09.283.185/0003-25
UNIDADE GESTORA	13 CÓDIGO
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	530001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1 1 - ORDINÁRIO SUPLEMENTAR 2 - ESPECIAL 3 - EXTRAORDINÁRIO 4 - FUNDO ESPECIAL	Situacao DECRETO Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	05901		02.122.5046.4892		33903600		759		00157		370,00

20	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E Nº C/C		
02	ALISSON BARRETO FERNANDES		046.443.074-75	325562	001 000021201-6	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)			NÚMERO	ANDAR, SALA, APTº, ETC		
R CEL JOSE AVELINO, 981						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO		POMBAL		PB	58840000	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA			20	22	EFEITO
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO
20	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO
04						
20	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO
05						
20	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO
06						

07	23	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL	
	23	Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR	
29	LICITAÇÃO	30	CÓDIGO DO DISPOSITIVO LEGAL PARA A DISPENSA DA LICITAÇÃO
4	1 - CONVITE 2 - T. PREÇOS 3 - CONCORR 4 - DISPENSA		0
32	PROCESSO Nº	2022166563	

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
Importancia empenhada em favor do perito Medico determinada nos atos do processo 0801255-43.2017.8.15.0301 em face de Alisson Barreto Fernandes. (1o GRAU)	UND	1,0 0,0	370,00 0,00	370,00 0,00
Total da Despesa:				370,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
217.213,60	216.843,60	155.956,91	155.586,91

RESPONSÁVEL PELA MISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43	DATA
Maria Betania de M Fernandes	Codigo do Ordenador 016728 ROBSON DE LIMA CANANEA		15/12/2022

FAVORECIDO (PROCESSO)	ESPAÇO RESERVADO	ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / RESTAÇÃO DO SERVIÇO.
		_____, EM ____/____/____



ESTADO DA PARAÍBA
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO
2022

7 NÚMERO
09350

SIAF - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ÓRGÃO	
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	09.283.185/0003-25
UNIDADE GESTORA	13 C Ó D I G O
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO	530001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1 1 - ORDINÁRIO SUPLEMENTAR 2 - ESPECIAL 3 - EXTRAORDINÁRIO 4 - FUNDO ESPECIAL	Situacao DECRETO Nº 1									
35	U. O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F. R.	60	D. V.	61	IMPORTÂNCIA
	05901		02.122.5046.4892		33904700		759		00160		74,00

20	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E Nº C/C		
02	INSS INST NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29.979.036/0162-25	000933	000	000000000-	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)			NÚMERO	ANDAR, SALA, APTº, ETC		
RUA BARAO DO ABIAY 73						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U. F.	C. E. P.	TELEFONE
CENTRO		JOAO PESSOA		PB	58000000	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA					
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO

20	22	EFEITO				
	1	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL				
Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR		23				
07		29	LICITAÇÃO			
		4	1 - CONVITE 2 - T. PREÇOS 3 - CONCORR 4 - DISPENSA	CÓDIGO DO DISPOSITIVO LEGAL PARA A DISPENSA DA LICITAÇÃO	30	0
32		PROCESSO Nº				
		2022166563				

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
perito Medico determinada nos atos do processo 0801255-43.2017.8.15.0301 em face de Alisson Barreto Fernandes. Importancia empenhada para fazer face a previdencia dos honorarios do perito(a) Alisson Barreto Fernandes nos autos do processo 0801255-43.2017.8.15.030 (1o GRAU)		1,0	74,00	74,00
		0,0	0,00	0,00
Total da Despesa:				74,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
104.994,48	104.920,48

PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
138.035,85	137.961,85

RESPONSÁVEL PELA MISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43	DATA
Maria Betania de M Fernandes	Codigo do Ordenador ROBSON DE LIMA CANANEA	016728	15/12/2022

FAVORECIDO (PROCESSO)	ESPAÇO RESERVADO

ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / RESTAÇÃO DO SERVIÇO.
_____, EM ____/____/____



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Ofício nº 559/2022 – TJPB – DIESP

João Pessoa, 16 de dezembro de 2022.

A Sua Senhoria, o Senhor

Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

POMBAL - PB

Senhor Perito,

Comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.166.563, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos da Ação nº 0801255-43.2017.8.15.0301, movida por FRANCINETE DOS SANTOS SILVA, CPF 142.530.908-93, em face da LAIS SANTOS VIANES, CPF 230.383.448-18, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964.

Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da data de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação.

Para melhor esclarecimento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,


Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial

Zimbra

diesp@tjpb.jus.br

Ofício nº 559/2022 – TJPB – DIESP - Processo nº 2022.166.563 - anexar nota fiscal**De :** Diretoria Especial <diesp@tjpb.jus.br>

sex, 16 de dez de 2022 11:50

Assunto : Ofício nº 559/2022 – TJPB – DIESP - Processo nº 2022.166.563 - anexar nota fiscal 2 anexos**Para :** alissonparaiba@hotmail.comTribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Ofício nº 559/2022 – TJPB – DIESP
João Pessoa, 16 de dezembro de 2022.
A Sua Senhoria, o Senhor
Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com
POMBAL - PB

Senhor Perito,

Comunico a Vossa Senhoria que o Processo nº 2022.166.563, relativo ao pagamento de honorários pela perícia realizada nos autos da Ação nº 0801255-43.2017.8.15.0301, movida por FRANCINETE DOS SANTOS SILVA, CPF 142.530.908-93, em face da LAIS SANTOS VIANES, CPF 230.383.448-18, perante o Juízo da 2ª Vara Mista da Comarca de Pombal, encontra-se nesta Diretoria Especial (diesp@tjpb.jus.br), com nota de empenho para pagamento emitida, aguardando que seja providenciada nota fiscal da perícia realizada, com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/1964.

Informo, outrossim, considerando que a Diretoria de Economia e Finanças deste Tribunal terá que enviar a informação pelo E-Social, que o nome informado deve ser igual ao cadastrado na RFB – Receita Federal do Brasil, devendo ser apresentada, também, além da data de nascimento, o CBO – Código Brasileiro de Ocupação.



Para melhor esclarecimento, segue, anexa, cópia da nota de empenho respectiva.

Respeitosamente,

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial

 **Ofício nº 559.2022- 2022166563.pdf**
13 KB

 **nota de empenho - 2022166563.pdf**
98 KB

		PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		NÚMERO 33 CÓDIGO VERIFICAÇÃO QDWV-NYBQ DATA EMISSAO 25/01/2023 17:41:24			
PRESTADOR DOS SERVIÇOS							
NOME NOME FANTASIA		RAZÃO SOCIAL					
Alisson Barreto Fernandes		Não informado					
CPF CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
046.443.074-75		Não informado			Não informado		
LOGRADOURO					NÚMERO		
Av Professor Newton Seixas					238		
COMPLEMENTO		BAIRRO					
Próximo a rodoviária		Santa Rosa					
MUNICÍPIO		UF			PAÍS		
Pombal		PB			Brasil		
CEP	TELEFONE	E-MAIL					
58840-000	(83)9625-5939	alissonparaiba@hotmail.com					
TOMADOR DOS SERVIÇOS							
NOME / NOME EMPRESARIAL							
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO							
CPF CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
09.283.185/0003-25		Não informado			Não informado		
LOGRADOURO					NÚMERO		
Praça João Pessoa					Não informado		
COMPLEMENTO		BAIRRO					
Não informado		Centro					
MUNICÍPIO		UF			PAÍS		
João Pessoa		PB			Brasil		
CEP	TELEFONE COMERCIAL	TELEFONE CELULAR			E-MAIL		
58013-140	Não informado	Não informado			diesp@tjpb.jus.br		
SERVIÇOS PRESTADOS							
ITEM DA LISTA DE SERVIÇOS							
Serviço				Alíquota	Base de Calculo	Iss retido	Iss
8630503 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS				5%	R\$ 370,00	R\$ 0,00	R\$ 18,50
DESCRIÇÃO DETALHADA							
REFERENTE A PERICIA MEDICA. PROC 0801255-43.2017.8.15.0301							
VALORES							
VALORES BÁSICOS							
VALOR TOTAL DA NOTA		VALOR TOTAL DO SERVIÇO		ACRÉSCIMOS			
R\$ 370,00		R\$ 370,00		R\$ 0,00			
DESCONTO INCONDICIONADO		DESCONTO CONDICIONADO		DEDUÇÃO LEGAL			
				R\$ 0,00			
RETENÇÕES DE TRIBUTOS FEDERAIS							
PIS	COFINS	INSS	IR	CSLL			
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
VALORES COMPLEMENTARES							
TOTAL DEDUÇÕES	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	TPDP	ISS Retido	ISS	VALOR LÍQUIDO	
R\$ 0,00	R\$ 370,00	5%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18,50	R\$ 370,00	
OBSERVAÇÕES							
Não informado							
OUTRAS INFORMAÇÕES							
ESTA NFS-E FOI EMITIDA COM RESPALDO NA LEI COMPLEMENTAR 002/2021 E NO DECRETO Nº 2192/2021 - 08 DE FEVEREIRO DE 2021.							
NOTA FISCAL AVULSA EMITIDA POR UM PRESTADOR							

Documento 13 página 1 assinado, do processo nº 2022166563, nos termos da Lei 11.419. ADME.31965.82847.15761.11938-8
Livia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 31/01/2023 11:20



Você
hoje às 08:52



0:04

0:08





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2022.166.563

Requerente : Juízo da 2ª Vara da Comarca de Pombal

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico -

Atendida a diligência de fls. 22, remetam-se os presentes à Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal, para as providências a seu cargo.

Informo, por necessário e oportuno, ainda, os seguintes dados do perito:

Nome conforme cadastrado na RFB: Alisson Barreto Fernandes

CPF: 046.443.74-75

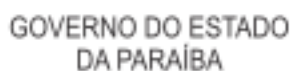
NIT/PIS: 21290632482

Data de Nascimento: 23/06/1982

CBO: 2251-25 - Médico

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 31 de janeiro de 2023

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



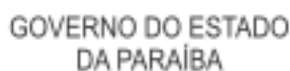
AGA05000101



AGAO50001.01



AGA05000101



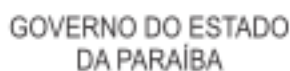
AGA05000101



AGAO50001.01



AGA05000101



AGA05000101



AGAO50001.01



AGA05000101